



Faça parte da LISTA DE TRANSMISSÃO e receba o boletim diariamente. Salve nosso contato (85 99179-1973) e envie um Oi com seu nome e cidade.

Mais notícias em: www.sintsefceara.org.br | Para receber envie email: imprensasintsef@gmail.com | Ano IX - Nº 3292 10/02/2026

RECONHECIMENTO DE SABERES E COMPETÊNCIAS AVANÇA NO CONGRESSO E ENTRA EM NOVA FASE NO SENADO



O debate sobre o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) para os Técnicos-Administrativos em Educação (PCCTAE) teve novos desdobramentos nas últimas semanas. Após intensa mobilização das entidades representativas e sucessivos debates com a categoria, a Câmara dos Deputados aprovou, no início de fevereiro, último dia 03/02, o texto que cria um incentivo voltado ao reconhecimento dos saberes acumulados pelos TAEs ao longo da vida funcional. A matéria segue agora para análise do Senado Federal, etapa decisiva para o futuro dessa conquista.

O texto aprovado representa um avanço importante ao romper, ainda que parcialmente, com a lógica que restringe a valorização profissional apenas à titulação formal. O RSC busca reconhecer a experiência prática, os conhecimentos adquiridos no cotidiano do trabalho, a participação em projetos institucionais, a atuação em gestão, ensino, pesquisa e extensão, elementos que historicamente sustentam o funcionamento das universidades e institutos federais, mas que raramente foram valorizados do ponto de vista remuneratório.

O que muda com o texto aprovado

De acordo com o texto aprovado na Câmara, o Reconhecimento de Saberes e Competências passa a funcionar como um incentivo adicional, permitindo que servidores que não possuem titulação além da exigida para o cargo possam ter valorização financeira baseada em sua trajetória profissional. O modelo prevê níveis de reconhecimento, com percentuais incidentes sobre o vencimento básico, respeitando limites institucionais e critérios a serem regulamentados posteriormente.

Outro ponto relevante é a previsão de que o RSC possa ser concedido a um percentual do quadro de servidores de cada instituição, o que, embora represente uma abertura inédita, também acende um alerta na categoria. Para as entidades sindicais, esse formato pode

gerar disputas internas, desigualdades entre instituições e limites artificiais para o acesso a um direito que deveria ser universal dentro da carreira.

Aprovação acelerada e ausência de emendas da categoria

Apesar do avanço, a forma como o texto foi aprovado reforça preocupações já manifestadas pelo movimento sindical. A votação ocorreu de maneira acelerada, sem que fossem incorporadas as emendas construídas pela Condsef/Fenadsef em conjunto com as entidades de base e a própria categoria, fruto de um longo processo de debates e negociações.

Essas emendas buscavam corrigir distorções, ampliar o alcance do RSC e garantir critérios mais justos e homogêneos para todos os Técnico-Administrativos em Educação. A exclusão dessas propostas do texto aprovado mantém pontos sensíveis em aberto e reforça a necessidade de incidência política no Senado, onde ainda há espaço para ajustes.

Impactos diretos na vida funcional dos TAEs

Para os TAEs, especialmente os que compõem a base do PCCTAE, o RSC representa mais do que um incentivo financeiro. Trata-se de um reconhecimento institucional da realidade concreta do trabalho, marcada por acúmulo de funções, complexidade crescente das atividades e responsabilidades que extrapolam, muitas vezes, a descrição formal dos cargos.

Em um cenário de restrições orçamentárias, carreiras achatadas e perdas salariais acumuladas ao longo dos anos, o RSC surge como um instrumento de valorização, ainda que parcial, capaz de reduzir desigualdades internas e reconhecer trajetórias profissionais construídas dentro do serviço público.

Próxima etapa exige mobilização e pressão política

Com a tramitação agora no Senado, abre-se uma nova etapa de disputa. As entidades representativas reforçam que nada está garantido e que o texto final dependerá da capacidade de organização, pressão e diálogo com os senadores. A incorporação das emendas apresentadas pela Condsef e pelo conjunto dos servidores segue sendo prioridade, para que o Reconhecimento de Saberes e Competências não se transforme em um mecanismo limitado ou excludente.

O Sintsef-CE, em sintonia com a Condsef/Fenadsef, seguirá acompanhando de perto a tramitação da matéria, dialogando com sua base, em especial os PCCTAE, e reforçando a luta por um RSC amplo.



Para saber mais acesse
as nossas mídias sociais!

Boletim editado pela Assessoria de Comunicação

Coordenação: Petrônio Soares e Lucy Mary Matos

Jornalistas: Letícia Alves e Junior Tavares (5050/CE)

Estagiária de Comunicação: Luanna Moura

#EMDEFESADAVIDA #EMDEFESADOSERVIÇOPÚBLICO